

CASES

NESI INTELLIGENCE FOR BUSINESS

Lei do Bem: Como Estruturar o Processo de Inovação e Garantir Benefícios Fiscais



Empresas que desejam aproveitar os incentivos da Lei do Bem frequentemente enfrentam o desafio de não possuírem um processo contínuo e estruturado para registrar atividades de P&D. Sem essa organização, muitos projetos deixam de ser elegíveis, comprometendo até 27,2% de potencial retorno fiscal sobre os investimentos realizados.

Para garantir o aproveitamento dos benefícios, é essencial comprovar inovação com evidências claras e técnicas.

Isso exige a integração de áreas como engenharia, contabilidade e fiscal, desde o início dos projetos, evitando retrabalho e perdas de oportunidade. A falta de preparo pode resultar em renúncia fiscal não aproveitada – o que representa dinheiro deixado na mesa.

Desafio

Apesar de desenvolver projetos inovadores, a empresa não possuía um processo estruturado para registrar e comprovar essas atividades. A falta de integração entre áreas e de critérios técnicos claros resultava na perda de incentivos fiscais, com projetos desconsiderados na entrega do relatório da Lei do Bem.

Solução

Para capturar o valor fiscal e estratégico da Lei do Bem, duas frentes foram implementadas:

- **Implantação de um Processo Formal de P&D:** Criação de um processo contínuo para classificar, descrever e comprovar os projetos de inovação. As equipes foram treinadas com foco nos critérios exigidos pelo MCTI, garantindo a aderência técnica e a conformidade fiscal. Isso permitiu um aumento direto na base de dedução de IRPJ e CSLL, representando ganhos de até 27,2% sobre os investimentos em P&D.
- **Criação de um Fluxo Integrado de Aprovação:** As áreas técnicas, contábeis e fiscais passaram a atuar juntas desde a concepção dos projetos, assegurando registros válidos e otimizando o preparo do relatório anual. A integração eliminou gargalos e maximizou o uso dos incentivos fiscais, transformando a inovação em retorno direto para o caixa da empresa.

Diferenciais

- **Evidência Contínua:** Registros realizados ao longo do ano, prontos para auditoria, evitando perdas e imprevistos no fim do exercício.
- **Engajamento entre Áreas:** Alinhamento entre engenharia, contabilidade e fiscal, garantindo precisão técnica e segurança jurídica.
- **Crítérios Técnicos Claros:** Descrições detalhadas das incertezas técnicas, riscos e avanços, como exigido pela legislação.
- **Governança de P&D com Foco Fiscal:** Estrutura de P&D organizada para gerar não apenas inovação, mas também retorno financeiro via incentivos.

Resultados

- **Aproveitamento Máximo da Lei do Bem:** A empresa passou a recuperar até 27,2% dos investimentos em P&D via dedução adicional de IRPJ/CSLL.
- **Eliminação de Perdas com Projetos Não Declarados:** Com a estruturação do processo, iniciativas que antes passavam despercebidas passaram a ser identificadas, documentadas e aproveitadas nos relatórios da Lei do Bem.
- **Ganho Contábil e Segurança Fiscal:** Redução de retrabalho, risco de glosa e inconsistências com a Receita Federal, com todos os dados validados e auditáveis.
- **Transformação da Cultura de Inovação:** A empresa passou a ver inovação como investimento estratégico com retorno mensurável, e não apenas como gasto técnico.

Para empresas que desejam inovar de forma efetiva, a NESI Intelligence for Business oferece soluções que estruturam o processo de P&D e garantem o aproveitamento efetivo dos benefícios da Lei do Bem.